

Projeto dá ao Congresso controle da dívida externa

Brasília — Luis Antônio Ribeiro

William Waack

BRASÍLIA — Se aprovado hoje numa subcomissão — e as chances de que isto ocorra são muito grandes — um anteprojeto dando poderes ao Congresso para controlar a dívida externa brasileira estará a poucos passos de ser incluído na nova Constituição. Os limites do endividamento externo e a aprovação de contratos de captação de recursos no exterior, até mesmo de municípios, seriam atribuições do Legislativo.

— Isto nem deveria ser matéria constitucional — fuzila o deputado José Serra, repercutindo uma longa corrente de opinião que considera a ideia de o Congresso controlar pela Constituição a dívida externa simplesmente um grande absurdo.

— Como ficam contratos de curtíssimo prazo que bancos brasileiros oficiais celebram no exterior? O Congresso tem de aprovar? — pergunta Serra.

De fato, a proposta discutida na Subcomissão de Soberania e Relações Internacionais é tão abrangente que seu presidente, deputado Roberto D'Ávila (PDT/RJ), e o relator, deputado João Herrman (PMDB/SP) concordam em proceder a algumas modificações para tornar alguns dispositivos menos rígidos. "Esse caso dos contratos de curto prazo e de alguns acordos técnicos menores precisa ser mesmo mais bem estudado", concede D'Ávila.

Se aprovado na subcomissão e nas instâncias subsequentes, o anteprojeto redige o Artigo 30 da nova Constituição de maneira a atribuir ao Congresso Nacional a tarefa de resolver definitivamente "sobre contratos de captação de recursos financeiros, no mercado internacional, celebrados pelos órgãos da administração direta e indireta, federal, estadual ou municipal". Contratos que onerem a União só terão validade depois de aprovação do Legislativo, que também fixará limites para o endividamento externo.

O anteprojeto contempla também a formação de uma comissão de acompanhamento e fiscalização, que deverá estar permanentemente reunida, mesmo em período de recesso parlamentar. Seria a maneira encontrada pelos autores do anteprojeto para agilizar a aprovação de contratos de empréstimo internacionais. Mesmo uma hipotética renegociação da dívida externa brasileira após a promulgação da nova Constituição — se o anteprojeto, tal como está redigido hoje, sobreviver — teria de passar pelo crivo do Legislativo, para que os acordos tivessem validade.

— Não acho que isso deva ser escrito na Constituição — afirma o senador Severo Gomes. — Os limites do endividamento evidentemente podem ser fixados através do orçamento.

Falando recentemente num seminário sobre dívida externa, promovido pelo governo fluminense, o senador Fernando Henrique Cardoso concordou apenas em tese com a proposta de se atribuir ao Congresso controle total sobre a dívida externa.

— Então teria de ser com um Congresso modificado, pois o atual não tem condições de cumprir esse papel. Ao contrário, a administração pública seria totalmente paralisada se uma ideia dessas se concretizar na nova Constituição" — disse.

Diplomatas e técnicos do governo são da mesma opinião: dada a natureza dos mercados financeiros internacionais, seria simplesmente impossível aos parlamentares acompanhar e aprovar a tempo qualquer dos acordos, mesmo menores, que são concretizados em breve espaço e abrangem bilhões de dólares. "Seria o caos", conclui Fernando Henrique.

Presidente vota contra relator de Orçamento

BRASÍLIA — A trégua entre o presidente e o relator da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, de partidos diferentes, chegou ao fim. O deputado João Alves (PFL-BA) abriu mão de presidir a votação do anteprojeto do deputado José Luiz Maia (PDC-PI) para apresentar um voto em separado, totalmente discordante.

— Ele é que devia ser o relator — desabafou Maia, após ouvir detalhada crítica de Alves, que falou em "inconsistências técnicas", "gritantes falhas" e "primor de contradição".

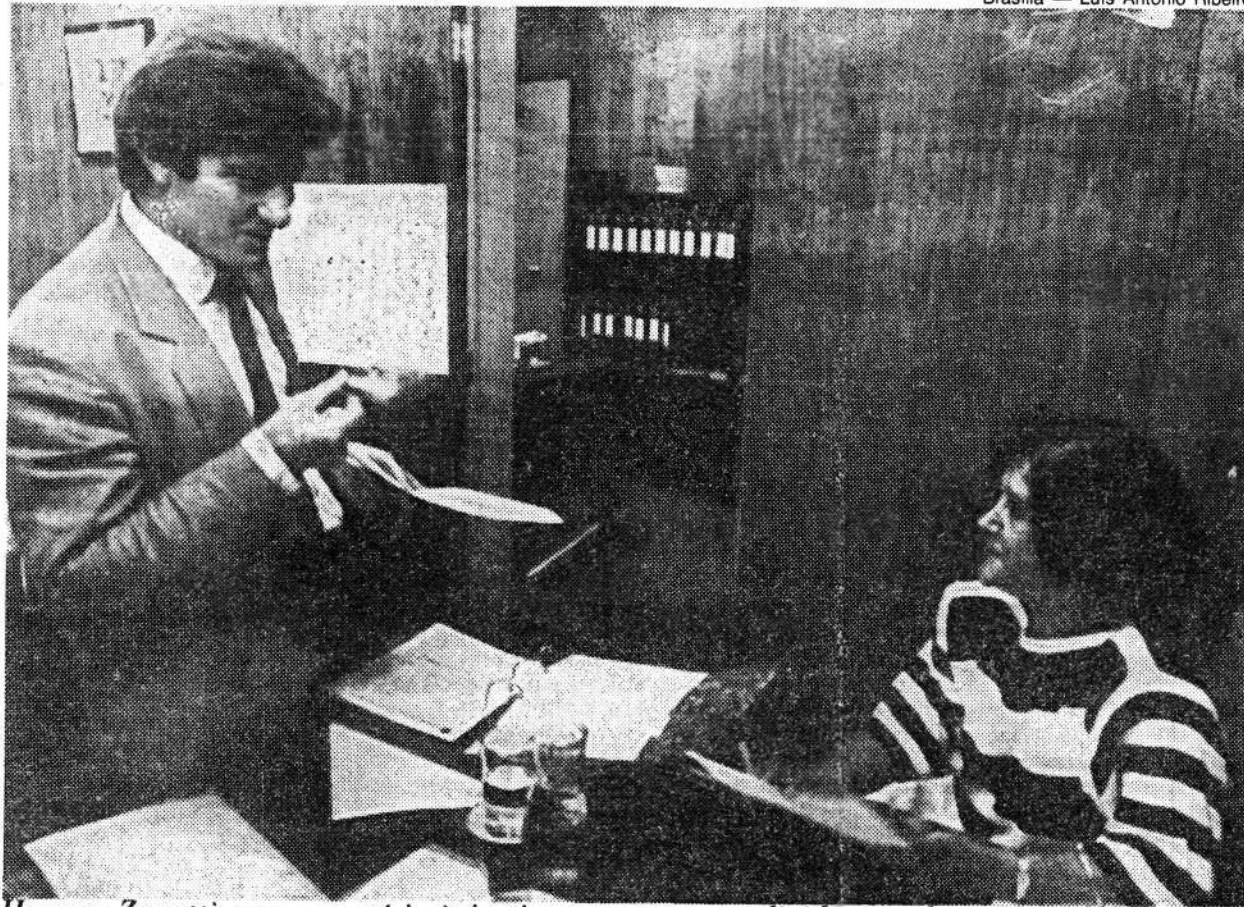
— Fiz tudo para ajudar esse moço — ironizou João Alves.

O presidente da subcomissão afirmou ter apresentado ao relator todas as suas sugestões, já no primeiro dia dos trabalhos. Maia, apesar de haver incluído em seu relatório agradecimentos à contribuição de Alves, não aproveitou nada. E ainda pergunta por que o presidente não reapresentou suas ideias, sob forma de emenda. "Sou amigo dele e não queria perturbar seu trabalho", foi a resposta.

Hoje, às 15 horas, a subcomissão voltará a se reunir, para apreciar as emendas. A disposição dos integrantes demonstra que o anteprojeto de Maia será substancialmente alterado. Foram apresentadas 187 emendas. Ontem, o anteprojeto inicial acabou aprovado por 11 votos contra dois.

Em seu anteprojeto, José Luiz Maia estabelece que os orçamentos anuais do setor público serão elaborados pelo governo e "condicionados" à aprovação do Congresso Nacional. Para João Alves, esta redação "deixa a reboque o Poder Legislativo" e privilegia o Executivo. O relator determina que a alocação de recursos deverá obedecer ao critério da proporcionalidade direta à população e inversa à renda. Para o presidente da subcomissão, este princípio é "inexequível". E dá um exemplo:

— Um programa de armazenagem de safra agrícola ou pecuária não estaria condicionado a criar silos nas áreas produtoras ou consumidoras. De acordo com tais critérios, estaria obrigado a construir silos em regiões não produtoras ou não consumidoras.



Hermes Zanetti ameaça até ir à justiça contra ata redigida por dona Maria Laura

Erro em ata da Sistematização causa tumulto que cansa Arinos

Bob Fernandes

BRASÍLIA — A primeira deliberação da Comissão de Sistematização está sob suspeita e pode chegar às barras da justiça comum. "Na apreciação do meu projeto para auditoria da dívida externa, a votação não se completou, mas na segunda-feira, dia 18, a ata daquela reunião dava a votação por terminada. Vou pedir um inquérito administrativo e, se preciso for, vou a justiça", disse o deputado Hermes Zanetti (PMDB/RJ). "Falta apenas uma expressão nas cópias taquigráficas — "está aprovado" — que o presidente Afonso Arinos disse, mas só que ninguém escutou por causa do tumulto", afirma d. Maria Laura, que escreveu a ata.

A ata tratava da sessão da Sistematização, na semana passada, quando foi rejeitado o pedido de auditoria da dívida, com grande tumulto ao final. Na segunda-feira passada, a ata foi posta sob suspeição e, por duas horas e meia, deuse no Congresso um dos mais insólitos debates de sua história. Discutiu-se uma ata, que acabou sendo aprovada por 22 votos a 18. Mas ela continua sob suspeita.

Secundarista — Ele disse "está aprovado", assegura Dona Maria Laura, secretária da Sistematização. "Todo mundo viu que ele não disse", contestam os deputados Zanetti, Cristina Tavares e Miro Teixeira. Ontem à tarde, ficou pronta a ata da reunião que discutiu a ata. O deputado Miro Teixeira ao ler e recordar-se, a cada trecho, da discussão da Sistematização não continha o riso afirmando: "Parecia aula de secundarista." De fato.

A reunião da mais importante comis-

são da Constituinte, no final da noite de segunda-feira, começou com os deputados Zanetti, Cristina Tavares e Paulo Ramos afirmando, com base nas cópias taquigráficas e uma fita gravada, que a reunião anterior não fora formalmente encerrada, ao contrário do que está firmado na ata. O Senador Arinos disse então: "Um velho parlamentar, que através das fases mais difíceis da história moderna brasileira, não vem aqui naufragar num banco de lodo, num banco de areia, num banco de piadas, de pilhérias, de discussões inúteis."

Proseguiu pedindo que se evitasse "uma luta inútil, que seria apenas ridícula, grotesca, que seria recebida pelo país às gargalhadas, que seria objeto de caricaturas". A luta prosseguiu. Tratada, por três vezes, como "dama", Cristina Tavares respondeu a Arinos, iniciando nova discussão:

— Gostaria de dizer a V.Excia. que aqui não existem cavalheiros nem damas, somente constituintes.

— Mas há constituintes que são damas, a quem dispense especial respeito.

— Dispense o tratamento especial.

— Está na minha indole respeitar as damas e não me interessa a opinião de V. Exa. a esse respeito.

Quando Cristina Tavares pediu novo aparte, negado por Afonso Arinos, reclamou: "Parece que V.Exa. só não concede aparte a Constituinte mulher." Arinos fez-se de desentendido: "O quê? Não compreendi." Novo embate aguardava o presidente Arinos, desta vez foi com o petista José Genoíno (SP), a quem ele saudou, a princípio, como alguém com ares de "um apóstolo do Aleijadinho, com aquele ardor que se desprende dos

olhos". Ao final do embate, irritado com Genoíno, Arinos retirou os elogios.

Entendiado — Instado a ler a ata, o presidente, de 81 anos, respondeu: "Não posso lê-la. Não tenho folga pulmonar para tanto." Optou-se pela não leitura da ata. Arinos, em certo momento, declarou que, de fato, não havia tomado conhecimento do que fora firmado em ata e, como ninguém aparecia como seu autor, descobriu-se que ela fora escrita pela secretária, Maria Laura, logo objeto de declarações de apoios gerais — "uma funcionária zelosa, que, claro, não tem culpa alguma", como lembrou o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ).

— Vou me levantar e suspender a reunião se continuar esse clima — ameaçou, mais uma vez, o presidente Arinos. Em meio a dezenas de "questões de ordem" levantadas a seguir pelos parlamentares, a ata foi aprovada. Pediu-se verificação de quorum com novas "questões de ordem" e tumulto generalizado. Arinos, dando mostras de que sua paciência se esgotava, rogou novamente: — Peço desculpas cada vez mais humildes ao plenário pela confusão de que eu mesmo participei, mas quero apenas lembrar que não fui o único que contribuí para ela. Todas as questões de ordem não tinham nada a ver com a questão de ordem.

Arinos ainda se confessou "entediado, enfadado, fatigado" com o que assistia e, antes que a reunião da Sistematização terminasse, passou a presidência ao vice, Aluizio Campos (PMDB-PB), afirmando:

— Estou muito fatigado. Sou um homem idoso, e deixo, então, a essa juventude a glória de permanecer nos debates.

Questão Urbana mostra muitas divergências

BRASÍLIA — Depois de elaborar um anteprojeto considerado "insustentável" pelo senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), presidente da subcomissão, o deputado José Ulisses de Oliveira (PMDB-MG), relator da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, tem duas alternativas: ou negocia com o plenário um novo anteprojeto ou terá de enfrentar no voto um substitutivo preparado pelo próprio presidente da subcomissão.

"O anteprojeto inicial não resistiu à crítica, e eu não assino de maneira nenhuma", afirmou Dirceu Carneiro.

Besteirol — Ele acusa José Ulisses, empresário do setor imobiliário em Belo Horizonte, de redigir um anteprojeto "que saiu só da cabeça dele". O texto de José Ulisses estabelece que a União manterá um sistema financeiro de habitação destinado exclusivamente ao financiamento de moradias para cidades pe-

quenas e médias; prega a desapropriação de terrenos urbanos como pagamento em dinheiro, a preços de mercado; e quer a instalação de governos nas regiões metropolitanas, retirando competência dos prefeitos dos municípios por elas abrangidos. O relator da Comissão da Ordem Econômica — a qual se encaixará o relatório da subcomissão —, senador Severo Gomes (PMDB-SP), refere-se ao anteprojeto, em conversas com seus auxiliares, como o "besteirol de José Ulisses".

O substitutivo de Dirceu Carneiro é bem mais progressista. Prevê a gestão democrática dos municípios, através da qual as populações locais — representadas, ao menos, por 5% do eleitorado — podem apresentar projetos de lei à Câmara de Vereadores; amplia o conceito de habitação, com o direito ao acesso de infraestrutura urbana; e estimula a "participação comunitária nos planos, projetos e decisões que lhe digam respeito".

Emenda polêmica cria Juizado de Instrução

BRASÍLIA — Acabar com a prática de torturas nas delegacias policiais, pondo em desuso as expressões populares "pau-de-arara" e "maricota". Esta é a maior preocupação do deputado, e ainda estudante de direito, Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), 24 anos, que, em emenda ao anteprojeto da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais, trata da criação do Juizado de Instrução, que substituiria o inquérito policial. O sistema proposto por Cássio Cunha Lima assemelha-se ao adotado na França.

O deputado foi mais longe. Propôs a inserção da "garantia de reserva" ao acusado, que pode calar-se, caso seu depoimento o incrimine. Isso seria uma cópia da 5ª emenda da Constituição dos Estados Unidos, aplicada à exaustão pelos envolvidos no escândalo do fornecimento de armas aos "contras" nicaraguenses pelo governo americano, em seus depoimentos ao Congresso. "Eu sei que essa emenda, acabando com os interrogatórios das delegacias, vai me colocar em confronto com os policiais. Mas é preciso que alguém tome essa iniciativa", comentou o deputado.

O jovem vice-líder do PMDB na Constituinte sabe do que está falando. Na tarde de terça-feira, mais de 20 delegados da Associação Nacional dos Policiais Civis estiveram na 1ª secretaria da Constituinte, defendendo a manutenção do inquérito policial. Para formar um bloco de

resistência, Cunha Lima já manteve contatos com vários deputados — entre eles José Carlos Sabóia (PMDB-MA), Haroldo Sabóia (PMDB-MA) e Cristina Tavares (PMDB-PE) — para defender a proposta. "Se ela não for incluída no anteprojeto final do relator, vou levá-la para a Comissão de Sistematização. E, se ainda for rejeitada, brigarei na votação em plenário", afirmou Cunha Lima, que fez dessa emenda a base de seu trabalho na Constituinte.

Garoto sim, porém deputado

Cássio Cunha Lima causou sensação, quando entrou na Constituinte. Seus 24 anos e a impressão de ser ainda mais jovem provocaram equívocos em seguradoras, secretários e até mesmo em parlamentares mais idosos. No dia de votação para a composição da Mesa da Constituinte, Cássio Cunha Lima foi barrado na entrada do gabinete de votação pelo segurança, que não acreditou na sua palavra. "Pode não parecer, mas sou deputado", disse ao guarda da Câmara, em tom de brincadeira. O jovem deputado não se constrange com a idade e ainda brinca com o fato: "Se somar as idades dos meus assessores e a minha, não alcançamos o Ulisses Guimarães." A soma dos "anos" dá 69 anos, contra os 72 anos do presidente da Constituinte.

Anônimos ajudam a mudar o país

Brasília — Luiz Antônio Ribeiro

A dedicação de 500 funcionários nas subcomissões

Raquel Ulhoa

BRASÍLIA — Por trás dos 559 parlamentares eleitos para fazer a nova Constituição, há uma mão-de-obra anônima trabalhando em ritmo de mutirão, varando noites e fins de semana. Os "funcionários da Constituinte" são, aproximadamente, 500, entre copeiros, datilógrafos, secretários, contínuos, assessores, técnicos e pessoal de apoio. Gente que trabalha ininterruptamente e, até agora, não recebeu a gratificação instituída pela Mesa da Constituinte.

Nenhum deles quer seu nome no jornal. Temem punições. Mas a carga é pesada: o excesso de trabalho levou a secretária de uma das 24 subcomissões a permanecer um dia internada no posto de saúde do Congresso. O contínuo de outra subcomissão é obrigado a por diariamente os pés de molho em água morna com sal. Ele calcula que percorre cerca de 20 quilômetros por dia, fazendo entregas nos gabinetes, ou fica em pé durante até cinco horas seguidas, quando há reunião.

Remanejamentos — Um bom exemplo desse esforço é a rotina dos 40 funcionários da Secretaria Geral da Constituinte. Responsáveis — entre outras coisas — pela seleção das sugestões enviadas e seu encaminhamento às subcomissões pertinentes, eles passaram duas noites consecutivas — entre 6 e 7 de maio e a noite seguinte — lendo e analisando as quase 10 mil propostas. O fim de semana seguinte foi dedicado à mesma tarefa, para que as sugestões chegassem às mãos dos relatores em tempo.

A mesma equipe sofreu durante a acomodação dos políticos nas comissões e subcomissões. Atento à proporcionalidade partidária, o grupo obedecia às indicações das lideranças, mas

teve de promover remanejamentos, conciliar atritos, tirar excessos etc. Terça-feira, a Secretaria-Geral recebeu mais um ofício: o líder do PFL, deputado José Lourenço — que até então não estava em nenhuma comissão — indicou-se para integrar a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Para sua sorte, o PFL conta com uma vaga.



No fim do dia, cada funcionário andou quilômetros

Novos hábitos — Mas o funcionamento da Constituinte exige muito mais. Cada audiência pública ou reunião de subcomissão é gravada e transcrita pela taquígrafia. As sugestões, emendas e anteprojeto são publicados e distribuídos em avulsos. Os funcionários das subcomissões ficam à disposição do presidente e relator das 9 às 23 horas, normalmente. Quando os relatores resolvem varar a noite na elaboração de seus pareceres, eles permanecem de plantão.

E o excesso de trabalho muda hábitos. Dila Nápole França nunca havia deixado de almoçar em casa, durante os 34 anos em que trabalha. Ontem, o marido — "que jamais havia refofado um feijão para mim" — fez o almoço e levou para ela, na secretaria da Subcomissão de Finanças. A salada e a lingüiça frita foram cuidadosamente acomodadas em uma vasilha e degustadas ali mesmo, sobre a mesa da supervisora geral.

— A Constituinte modificou tudo na minha casa — conta a funcionária. No Dia das Mães, um domingo, Dila não viu os dois filhos, de 15 e 17 anos. Trabalhou o dia todo e, quando chegou em casa, eles já estavam dormindo.

— Eu já estou me acostumando. Passo dois ou três dias sem vê-los. Funcionária da Comissão do Índio da Câmara, Dila é uma das centenas de servidores do Congresso deslocados de suas funções para dar apoio à Assembleia Constituinte. Como não tem hora para deixar o trabalho, seu marido, ao ir buscá-la, chega a esperá-la quatro horas no estacionamento do Congresso.

Lobistas intensificam pressão por projetos

BRASÍLIA — Os dois maiores grupos da sociedade civil organizados na Constituinte — os lobbies das mulheres e dos trabalhadores — prometem interferir decisivamente para aprovação de suas propostas dentro das subcomissões. Eles atuaram bem na fase preliminar das audiências públicas, com mais de 20 lobistas trabalhando no Congresso. Agora já definiram a estratégia para vencer a primeira eliminatória: a votação dos anteprojeto das subcomissões.

Das seis subcomissões acompanhadas atentamente pelos lobistas do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), apenas duas merecerão atenção especial nessa etapa, a de Reforma Agrária e Questão Urbana e Transportes. As outras — Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos — apresentaram relatórios atendendo a quase todas as reivindicações dos trabalhadores. As mulheres, no entanto, não tiveram muita sorte. Terão que atuar, comandadas pelas lobistas do CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) na maioria das subcomissões, que tratam da questão feminista.

Obstrução — O DIAP mobilizou desde o início da Constituinte oito pessoas que acompanharam os trabalhos das subcomissões. Nessa fase, confirmaram o perfil dos parlamentares traçado durante a campanha eleitoral, conseguiram o comprometimento de outros para aprovação das emendas apresentadas, e se articularam com os suplentes de cada subcomissão simpáticos ao movimento dos trabalhadores. As 12 lobistas do movimento feminino tiveram desde o início a cumplicidade e apoio das mulheres parlamentares, que apresentaram como suas as propostas do CNDM.

O Diap traçou três linhas de atuação. A primeira é a de apresentação de emendas radicais nas subco-

missões de perfil mais conservador, para desviar a atenção dos parlamentares, que aprovarão outras "sem perceber". A segunda linha é a de buscar anular votos contrários às reivindicações dos trabalhadores, nos casos em que é possível alegar "atuação em causa própria", com permissão do regimento interno. A terceira tática, a mais perigosa segundo Antônio Augusto Queiroz, do Diap, é a articulação com os suplentes simpáticos ao movimento trabalhador para que procurem ser os primeiros a assinar o livro de frequência, de modo a poder votar no caso da ausência de algum titular.

"Simpáticos" — "Essas são as linhas mestras, mas também lançaremos mão de outros artifícios, como esvaziar a votação toda vez que a tendência não nos convier. E, quando nos interessar, teremos a preocupação de dar número às reuniões."

As mulheres estão menos articuladas, mas Maria Aparecida Shum Maher não perde de vista os parlamentares simpáticos ao movimento das mulheres. Através deles, conseguiu a apresentação de nove emendas corrigindo "os desvios e falhas" dos anteprojeto das subcomissões de Direito e Garantias Individuais, Saúde, Educação, Família, e Direitos dos Trabalhadores. "Não ficamos só no corpo a corpo com os constituintes. Fazemos um relatório da atuação desses parlamentares e os remetemos para suas bases eleitorais nos estados, que por sua vez pressionam com telefonemas, cartas, telegramas e até visitas aos seus gabinetes", disse Shum Maher. Essa preocupação de colocar o eleitorado em confronto com seus representantes eleitos também existe no Diap, que promete fazer, depois desta primeira fase, o temido "quem é quem" da Constituinte, apontando quem votou a favor e contra os interesses dos trabalhadores.